



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

KARINE IMACULADA NUNES DE CARVALHO

**DO BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: IMPACTOS DA TRANSFORMAÇÃO
DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO
SERTÃO DO PAJEÚ**

RECIFE-PE

2022

KARINE IMACULADA NUNES DE CARVALHO

**DO BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: IMPACTOS DA TRANSFORMAÇÃO
DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO
SERTÃO DO PAJÉU**

Versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
como requisito para a obtenção do grau de Especialista em
Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal Rural
de Pernambuco (UFRPE).

Orientador: Prof. Me. Lucas Alencar Pinto

RECIFE- PE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C331b Carvalho, Karine Imaculada Nunes de
Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: Impactos da transformação dos programas de transferência de renda nos municípios do Sertão do Pajeú / Karine Imaculada Nunes de Carvalho. - 2022.
42 f.
- Orientador: Lucas Alencar Pinto.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.
1. Programa Bolsa Família. 2. Programa Auxílio Brasil. 3. Pobreza. 4. Sertão do Pajeú. 5. Desigualdade de Renda. I. Pinto, Lucas Alencar, orient. II. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

KARINE IMACULADA NUNES DE CARVALHO

DO BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: IMPACTOS DA TRANSFORMAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em __/__/____

Banca Examinadora:

Prof. Me. Lucas Alencar Pinto (UFRPE)
Orientador

Profa. Me. Liliane Aparecida Silva Santos (UFRPE)
Examinador(a)

Profa. Me. Luciana Veras de Paiva
Examinador(a)

Dedico este trabalho ao meu avô Enoque Rodrigues (*in memoriam*), que fez parte do quantitativo de inúmeros pernambucanos e pernambucanas do Sertão do Pajeú que de forma destemida, lutaram e lutam diariamente para enfrentar os cruéis obstáculos ocasionados pelo desemprego e desigualdade de renda.

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos são direcionados ao meu Deus, que pela poderosa intercessão da Virgem Maria, me abençoou com a graça de chegar ao final deste curso.

Expresso a minha gratidão a todos os meus familiares, em especial aos meus amados pais Aparecida e José Carlos, e a minha irmã Carla; pelo inestimável apoio e pela sorte em tê-los perto.

À Luan de Aquino, meu namorado, por sempre me transmitir toda paz e apoio necessário para chegar até o final deste ciclo.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, a qual estou vinculada desde a minha graduação, sinto-me agraciada por obter o grau de especialista nesta instituição reconhecida, séria e tão querida.

À Unidade Acadêmica de Educação à Distância e Tecnologia, que me mostrou ser possível compartilhar e adquirir conhecimento de forma satisfatória através do ensino remoto.

Ao meu orientador, professor mestre Lucas Alencar pela parceria durante a construção deste trabalho acadêmico.

A todos os professores e professoras quem fizeram parte da grade de ensino do curso de especialização em Gestão Pública Municipal.

Aos tutores online, em especial, ao ex tutor Anderson Góes, por tamanha humildade na forma de compartilhar seu conhecimento conosco.

Aos colegas de curso, onde juntos compartilhamos anseios e alegrias durante todo o período de aprendizagem.

Pode-se considerar verdadeiramente livre um ser humano que passa fome, que vive na miséria, que não tem trabalho, que é humilhado porque não sabe como manter e educar seus filhos? Este não é um ser humano livre (PERTINI apud REGO, 2013 p. 37).

RESUMO

Os programas de transferência de renda apresentam um importante papel no combate à pobreza e desigualdade de renda no Brasil ao longo dos anos. Esse trabalho acadêmico tem como objetivo comparar os impactos da mudança do Programa Bolsa Família para o programa Auxílio Brasil na microrregião do Sertão do Pajeú, a partir da análise do processo de transformação de um programa para o outro; da caracterização econômica e social da região em análise e do estudo dos dados do CadÚnico sobre a evolução do número de famílias beneficiárias e valores injetados na economia desta localidade. O referencial teórico contemplou discussões acerca do surgimento destes programas, seus impactos e o processo de transformação. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em uma análise quantitativa descritiva, a partir de dados do Ministério da Cidadania, do IBGE e do Ipea acerca do número de famílias cadastradas no CadÚnico entre 2020 e 2022, dos valores injetados na economia pelo Bolsa Família e Auxílio Brasil, além de dados sobre o mercado de trabalho e a estimativa populacional local. Também foi utilizada a técnica da análise documental, onde se trabalhou a lei que instituiu o Auxílio Brasil. Os dados obtidos indicam que houve um aumento no número de famílias cadastradas no CadÚnico entre 2020 e 2022, assim como houve um aumento do valor, em reais, injetados na economia do Sertão do Pajeú desde a mudança de Bolsa Família para Auxílio Brasil. Com base nos resultados e discussões apresentadas, verificou-se o aumento no número de famílias cadastradas no CadÚnico, portanto, conseqüentemente, o aumento no número de famílias extremamente pobres e de baixa renda no Sertão do Pajeú. Além disso, em consequência do aumento exacerbado do valor investido no Auxílio Brasil no primeiro trimestre de 2022, acredita-se que danos relacionados ao aumento da inflação e perda no poder de compra sejam vislumbrados a médio e longo prazo.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Programa Auxílio Brasil. Pobreza.

ABSTRACT

Income transfer programs have played an important role in combating poverty and inequality in Brazil over the years. This academic work aims to compare the impacts of the change from the Bolsa Família Program to the Auxílio Brasil program in the Sertão do Pajeú micro-region, based on the analysis of the transformation process from one program to the other; the economic and social characterization of the region under analysis and the study of data from CadÚnico on the evolution of the number of beneficiary families and amounts injected into the economy of this location. The theoretical framework included discussions about the emergence of these programs, their impacts and the transformation process. The methodological procedures adopted consisted of a descriptive quantitative analysis, based on data from the Ministry of Citizenship, IBGE and Ipea on the number of families registered in CadÚnico between 2020 and 2022, of the amounts injected into the economy by Bolsa Família and Auxílio Brasil, as well as data on the labor market and local population estimates. The document analysis technique was also used, where the law that established the Auxílio Brasil was worked on. The data obtained indicate that there was an increase in the number of families registered in CadÚnico between 2020 and 2022, as well as an increase in the amount, in reais, injected into the economy of Sertão do Pajeú since the change from Bolsa Família to Auxílio Brasil. Based on the results and discussions presented, there was an increase in the number of families registered in CadÚnico, therefore, consequently, an increase in the number of extremely poor and low-income families in Sertão do Pajeú. In addition, as a result of the exacerbated increase in the amount invested in Auxílio Brasil in the first quarter of 2022, damages related to increased inflation and loss of purchasing power are expected to be foreseen in the medium and long term.

.

Keywords: Programa Bolsa Família. Programa Auxílio Brasil. Poverty.

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Estimativa populacional dos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em Pernambuco em 2021.....	24
Tabela II – Admissões sob o regime CLT em fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 nos municípios do Sertão do Pajeú.....	25
Tabela III – Índice de Gini dos municípios do Sertão do Pajeú em Pernambuco em 2010.....	26
Tabela IV – Pessoal ocupado nos municípios pernambucanos do Sertão do Pajeú em 2019...	28
Tabela V – Ranking dos PIB dos municípios em 2019.....	30
Tabela VI – Evolução do valor injetado na economia pelo PBF e Auxílio Brasil entre abril de 2021 e abril de 2022.....	32
Tabela VII – Famílias do Pajeú cadastradas no CadÚnico do governo federal em maio de 2020 e abril de 2022.....	33

LISTA DE SIGLAS

AB – Auxílio Brasil

CadÚnico – Cadastro Único do Governo Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipeadata – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PBF – Programa Bolsa Família

PE – Pernambuco

PIB – Produto Interno Bruto

SECAD – Secretaria Nacional do Cadastro Único

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA.....	14
3	EVOLUÇÃO HISTÓRICA: DO BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL	16
3.1	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	16
3.2	O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL.....	19
3.3	O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO: AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O PBF E O AUXÍLIO BRASIL.....	21
4	DESIGUALDADE DE RENDA NO SERTÃO DO PAJEÚ	24
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA REGIÃO	24
4.2	IMPORTÂNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA OS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ	27
5	ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, os governantes brasileiros vêm adotando medidas que visam combater a pobreza no país. Esta problemática é um dos principais entraves para o desenvolvimento econômico de uma nação, mais ainda em países que concentram a maior parte da sua riqueza nas mãos da minoria, como é o caso do Brasil (PEREIRA; et. al., 2008).

Para Rego (2013), a extrema pobreza traz danos para a sociedade que vão além de questões econômicas, são elas: a falta de condições para uma vida saudável; a dificuldade de acesso à renda, atrelado a falta de emprego regular; trabalho infantil e abandono escolar; alta natalidade; falta de crédito; acidentes; invisibilidade; desigualdade interna às famílias; vergonha; cultura de resignação e exclusão da cidadania.

Ainda que a pobreza esteja diretamente ligada à renda, ser pobre vai muito além de não ter dinheiro, é um leque de problemas e obstáculos que são vividos e enfrentados diariamente por uma parcela muito alta da população brasileira.

Os índices de desigualdade social no Brasil passaram por um intervalo de ascensão principalmente após o fim do período da ditadura militar brasileira em 1985. Apesar de ter apresentado resultados consideráveis para a economia nacional, a ditadura militar deixou marcas negativas na sociedade que perduram até hoje. A concentração de renda, que gera desigualdade social e desencadeia na pobreza extrema das camadas mais vulneráveis da sociedade é uma dessas marcas.

Com o intuito de minimizar os impactos assustadores ocasionados pela pobreza e pela desigualdade, a Carta Magna do Brasil (Constituição Federal de 1988), destaca no art. 3º, inciso III, que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Esse objetivo apresenta-se como um desafio para os governantes, devido principalmente aos índices de pobreza e extrema pobreza que perpassam os anos e assolam a sociedade.

Nesse sentido, torna-se impossível desvincular do assunto pobreza e desigualdade de renda os programas de transferência de renda, que aparecem como forma de minimizar as barreiras causadas por aqueles.

Com o fim do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o encabeçamento do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, uma série de medidas de reformulação de políticas públicas já existentes de combate à fome no Brasil foram colocadas

em prática, em busca de criar uma nova política de transferência de renda, que foi chamada de Programa Bolsa Família (PBF).

O Programa Bolsa Família foi criado a partir da lei nº 10.836 de 2004, visando proporcionar inclusão social e transferência de renda, cujo Estado se apresenta como principal fomentador tanto de questões econômicas, quanto de questões sociais; principalmente voltadas para a saúde e educação (ORTIZ; CAMARGO, 2016).

Durante quase 18 anos de existência, o PBF trouxe melhorias significativas para a vida das famílias beneficiadas. Os impactos econômicos e sociais se apresentaram ainda mais fortes na região Nordeste do país, que sofre historicamente com problemas estruturais de escassez de trabalho e geração de renda, como é o caso do estado de Pernambuco que tinha, em 2018, mais de um milhão de famílias beneficiadas e mais de 82 milhões de reais transferidos para a população, que cumpria as condicionalidades do programa.

No fim do ano de 2021 o PBF foi extinto, sendo substituído pelo programa Auxílio Brasil. O Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda, instituído no governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, a partir da lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021, tendo objetivos parecidos com os que foram definidos na criação do PBF, como: desenvolvimento da primeira infância e transferência direta e indireta de renda.

Diante desse cenário, este trabalho visou comparar os impactos da mudança de PBF para o programa Auxílio Brasil - mesmo que incipientes - nos municípios pernambucanos da microrregião do Sertão do Pajeú, através da análise do processo de transformação de um programa para o outro; da caracterização da microrregião analisada e do estudo dos dados do CadÚnico sobre o número de famílias beneficiárias e valores injetados na economia desta localidade.

Ao trabalhar com um tema que realce a relevância dos programas de transferência de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social, é de fundamental importância destacar que apesar da região do Nordeste apresentar queda nos índices de pobreza e desigualdade social ao longo dos anos, ainda é uma das mais afetadas por tais problemas, em especial os interiores e isso justifica esta pesquisa.

As perguntas que norteiam esta análise são: “quais os impactos da mudança do PBF para o programa Auxílio Brasil na vida das famílias beneficiárias residentes na microrregião pernambucana do Sertão do Pajeú?” e “houve alterações no número de pessoas pobres e extremamente pobres na região estudada, durante esse período de transição?”.

Inicialmente, partimos da hipótese de que apesar do programa Auxílio Brasil estar injetando mais dinheiro na economia local, a qualidade de vida da população não apresentou melhoras significativas, tendo em vista os entraves econômicos e sociais enfrentados nos últimos anos. Além disso, supomos que ainda que o Auxílio Brasil esteja injetando mais dinheiro na economia, o número de pessoas pobres e extremamente pobres está maior e os impactos deste programa serão extremamente danosos para a parte mais vulnerável da sociedade, no longo prazo. Assim, caracteriza-se como necessário analisar a veracidade ou não das hipóteses aqui defendidas, levando em conta os objetivos definidos, que serão de extrema importância para a construção deste trabalho acadêmico.

Este trabalho é composto de seis capítulos. O próximo capítulo traz os métodos que foram utilizados para a realização da pesquisa. Já o capítulo 3 faz um apanhado geral sobre a transformação do Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil, além de caracterizá-los. No 4º capítulo ampliamos o olhar sobre a região do Sertão do Pajeú, expondo a importância dos programas de transferência de renda para esta região. O capítulo 5 esmiúça a análise comparativa dos impactos do PBF e Auxílio Brasil (AB) nos municípios do Pajeú. Por fim, o capítulo 6 traz as considerações finais, em que foi possível perceber que os danos sociais e econômicos ocasionados por esta transformação podem ser assombrosos para a parte mais vulnerável da sociedade; principalmente no que se refere ao aumento da inflação e consequentemente do poder de compra da população.

2 METODOLOGIA

O método utilizado neste trabalho busca atender o seu objetivo principal, qual seja, comparar os impactos da transição do Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil nos municípios pernambucanos da microrregião do Sertão do Pajeú, observando se houve alterações no número de pessoas pobres e extremamente pobres durante este período.

Este estudo foi concretizado através do levantamento de informações sobre o quantitativo de reais injetados na economia local pelos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil durante o período de análise; a evolução do número de famílias beneficiadas e o comportamento social e econômico dessas famílias durante a transição de um programa para o outro.

Este estudo foi construído a partir de uma revisão bibliográfica que discorre tanto sobre a criação do Programa Bolsa Família e seus impactos, quanto à criação do Programa Auxílio Brasil. Para tratar do PBF, autores contemporâneos como BARROS (2010), REGO (2013), SOARES (2010) e PAIVA (2020) trouxeram contribuições extremamente necessárias para debater sobre esse tema. Já para discorrer sobre o Auxílio Brasil, devido à escassez de trabalhos acadêmicos focados nesta temática, usaremos a técnica da análise documental, tendo como base a lei que instituiu o auxílio, além de notícias em blogs e jornais; o que comprova o ineditismo desta pesquisa. Fazer essa revisão bibliográfica é essencial para que o problema da pesquisa seja encaminhado de forma correta, contribuindo para uma boa interpretação do tema (FREITAS, 2016).

Para a construção dos resultados, foi feita uma análise quantitativa descritiva a partir de dados secundários disponibilizados no portal do Ministério da Cidadania do Governo Federal, além de dados complementares disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE) e pela base de dados do Ipeadata. Esses dados são, basicamente: estimativa populacional nos municípios do Sertão do Pajeú em 2019; admissões em regime CLT nestes municípios entre o primeiro trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2022; pessoal ocupado na região em 2019; PIB destes municípios em 2019; valores injetados na economia do Sertão do Pajeú pelo PBF e pelo AB; e o número de famílias cadastradas no CadÚnico entre 2020 e 2022.

Para facilitar e dinamizar a interpretação deste trabalho, os dados foram apresentados através de gráficos e tabelas construídos através da ferramenta Excel da Microsoft.

Os resultados da pesquisa servirão como diagnóstico inicial para que se possa averiguar sob que condições foi implantado o Auxílio Brasil e o seu impacto na vida de famílias pobres sertanejas.

O tema de pesquisa foi escolhido devido a sua relevância, principalmente para estimular o estudo de novos horizontes dentro da temática que é relativamente nova; uma vez que é necessário ampliar o entendimento das políticas públicas brasileiras e como elas estão afetando a população, em especial a região Nordeste, sobretudo no Sertão, que sofre historicamente com as disparidades sociais e econômicas quando comparadas com as demais regiões do Brasil.

O capítulo a seguir trará um resumo sobre a evolução do programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil. Nele será discutido desde o surgimento do PBF até o seu final, assim como serão expostas as condições em que um programa evoluiu para o outro, mostrando as principais diferenças entre eles e o processo de transformação que fez com que o PBF chegasse ao fim e o AB entrasse em vigor.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA: DO BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL

O Programa Bolsa Família foi o primeiro programa de transferência direta de renda que apresentou impactos altamente positivos na vida dos cidadãos brasileiros. Após inúmeras tentativas frustradas de implementar programas efetivos, o PBF surgiu em 2004, durante o governo Lula, através da junção de diversos programas já existentes.

Apesar de sua efetividade, em 2021 o PBF foi transformado no programa Auxílio Brasil. Essa transformação vai muito além da alteração de nomes, pois as mudanças refletiram e refletem diretamente na vida dos brasileiros. O capítulo atual nos mostra exatamente isso, além de caracterizar cada um dos programas, serão expostas as principais diferenças entre eles.

3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O cenário brasileiro dos últimos anos deixa transparente que os problemas socioeconômicos apresentaram ascensão no país, principalmente no que diz respeito à desigualdade social e de renda; consequentemente a pobreza e extrema pobreza. Segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2010, a região Nordeste detém mais de 53 milhões de habitantes e se caracteriza por ser o território que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Considerando os impactos da pandemia de Covid-19 e o imenso corte de gastos realizado pelo governo federal, que juntos impossibilitaram a realização de um novo censo demográfico em 2020, estima-se que a população nordestina já atingiu neste ano o patamar de mais de 57 milhões de habitantes. A região caracteriza-se por possuir uma economia baseada na agricultura familiar e no comércio, e apresenta baixos índices de empregos formais (BRASIL, 2010).

Desta forma, as políticas públicas voltadas para a transferência de renda possuem um histórico de tentativas de diminuir os gargalos da pobreza em economias emergentes, como é o caso do Brasil e surgem como mecanismos importantes para dinamizar a economia; principalmente de pequenos municípios, como é o caso dos que compõem a microrregião pernambucana do Sertão do Pajeú (ROCHA, 2011).

O Estado, principal responsável por buscar meios para abrandar as restrições que a desigualdade de renda acometem no bem-estar das famílias, criou o programa de transferência

de renda Bolsa Família (PBF), formulado em 2003 a partir de outras políticas públicas de proteção social já existentes. Este surgiu com o principal objetivo de diminuir os obstáculos ao acesso à educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além de buscar atenuar as disparidades de acesso à renda para as famílias em situação de pobreza, pobreza extrema e baixa renda.

O Programa Bolsa Família foi criado a partir da lei nº 10.836 de 2004 visando proporcionar inclusão social e transferência de renda, em que o Estado se apresenta como principal fomentador tanto de questões econômicas, quanto de questões sociais, principalmente voltadas para a saúde e educação. Dentro do planejamento do Bolsa Família, o Estado aparece como interventor, articulando a transferência direta de renda, além de se apresentar como estrutura fundamental para proporcionar os serviços de cidadania mais primordiais (ORTIZ; CAMARGO, 2016).

Em sua criação, o PBF dois blocos: o benefício variável e o benefício básico. Este primeiro corresponde à transferência direta de um valor variável por cada criança, gestante ou nutriz na família beneficiada; enquanto o benefício básico corresponde a um valor fixo mensal para as famílias em situação de extrema pobreza (BOTELHO, 2020).

O PBF foi criado a partir da unificação de alguns programas sociais já existentes, são eles:

- i) Bolsa Escola: programa de transferência de renda que tinha como principal objetivo garantir a vida estudantil das crianças e adolescentes mais pobres;
- ii) Bolsa Alimentação: programa de transferência de renda tinha como principal objetivo complementar a renda de mães gestantes e/ou com filhos de seis meses a seis anos e onze meses;
- iii) Programa Nacional de Acesso à Alimentação: proporciona alimentação escolar para as crianças e jovens de famílias carentes;
- iv) Auxílio Gás: programa de transferência de renda que tinha como principal objetivo subsidiar a compra do botijão de gás;
- v) Cadastramento Único do Governo Federal: ferramenta de identificação das famílias em situação de pobreza extrema (ORTIZ; CAMARGO, 2016).

A partir da transferência direta de renda, o PBF atuou em busca de atender os seus principais objetivos, que são: o alívio imediato da pobreza; e o acesso à educação, saúde e assistência social. Tudo isso através do depósito da quantia feita diretamente na conta do beneficiário, podendo ser sacada mensalmente através de um cartão magnético disponibilizado para os beneficiários, preferencialmente para as mulheres.

Nos primeiros anos de existência, o PBF já mostrou resultados surpreendentes. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que em perspectiva

comparada, entre 2001 e 2004 houve uma queda de, em média, um terço no índice de desigualdade de renda no Brasil. Sendo o Bolsa Família em conformidade com a melhora no mercado de trabalho, responsáveis por tais números (IPEA *apud* PEREIRA *et al.*, 2018).

Para ter acesso ao programa, as famílias beneficiadas deveriam cumprir algumas condicionalidades predefinidas na própria lei que instituiu o Bolsa Família. Através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), é possível identificar e caracterizar as famílias/pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, e selecionar aquelas que através dos dados disponíveis cumpram os critérios de seleção.¹

As famílias de baixa renda são identificadas através da renda *per capita* (por pessoa), que é de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar mensal de até três salários mínimos. Dessa forma, o PBF é considerado um programa focalizado, uma vez que foi destinado exclusivamente para os mais pobres e vulneráveis.

Rocha (2015), fala sobre algumas condicionalidades que devem ser cumpridas tanto pelo poder público, quanto pelas famílias beneficiadas. O poder público responsabiliza-se por oferecer serviços públicos de saúde, educação e assistência social; enquanto as famílias devem cumprir as seguintes condicionalidades, em diferentes âmbitos:

1. Na saúde, acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos de idade, além da atualização do cartão de vacinação; assim como o acompanhamento de gestantes e nutrízes.
2. Na educação, a garantia de que todas as crianças com idade entre seis e quinze anos estejam devidamente matriculadas nas escolas, possuindo a frequência mínima de 85% ao mês.
3. Na assistência social, visando principalmente retirar as crianças e adolescentes do quadro de trabalho infantil, incluindo-as em programas como o Programa de Erradicação Infantil, o PETI. (ROCHA, 2015).

Dados mostram que o PBF é o programa de transferência mais progressiva, isto é, que ao longo dos anos mais alcançou as pessoas mais vulneráveis; que são o principal instrumento de focalização do programa. Como exemplo, entre 2012 e 2013 houve um aumento de 7,5 pontos percentuais na renda domiciliar *per capita* dos beneficiários do PBF.

¹ É importante destacar que as informações contidas no CadÚnico são úteis não apenas para o Governo Federal no âmbito dos programas de transferência de renda, como também são importantes para os governos estaduais e municipais na criação de políticas públicas que tenham como objetivo diminuir as disparidades de renda, sociais e econômicas.

Este aumento está atrelado às mudanças e aprimoramentos nos instrumentos e na forma de gerir o Bolsa Família (BARROS, 2020).

Em 2017, mais de 43 milhões de famílias eram beneficiadas pelo programa, sendo que a região Nordeste possuía o maior número de beneficiários (46,9%), o que implica afirmar que existe nesta região fatores sociais e econômicos que não apenas torna a população como a mais pobre do país, como também impossibilita o desenvolvimento de capital humano, necessitando assim de atenção e grande enfoque nos estudos acadêmicos em busca de sanar ou contribuir para a diminuição destas barreiras (ARAÚJO, 2017; SOARES, 2019).

Depois que PBF foi estabelecido no país, um dos seus principais frutos foi a diminuição dos problemas relacionados à fome como uma condição física no Brasil, onde em 2014 o país foi retirado do mapa da fome. Segundo dados do IPEA *apud*. Lima (2020), graças ao alcance exitoso do PBF, entre 2001 a 2017 houve a redução de 15% nos índices de pobreza e de 25% nos indicadores de extrema pobreza. A transferência direta de renda, interligada com as demais políticas públicas executadas na época, possibilitaram que a desigualdade de renda decrescesse; uma vez que dispor de um valor monetário é questão de cidadania e bem-estar para as famílias (ROCHA, 2011).

No mês de outubro de 2021 foi repassada a última transferência direta de renda, advinda do Programa Bolsa Família criado pelo governo Lula. Este viria a ser substituído pelo chamado Programa Auxílio Brasil, instituído pelo governo de Jair Messias Bolsonaro; que apesar de possuir diversas características semelhantes ao PBF e utilizar instrumentos de execução similares ao antigo programa de transferência de renda, apresenta singularidades que devem ser expostas e serão discutidas no tópico a seguir.

3.2 O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL

No início do ano de 2020, todo o mundo começou a sofrer os grandes impactos da pandemia de Covid-19. Um dos principais meios de combater e diminuir os danos do assombroso vírus é o distanciamento social; devido aos altos índices de mortes por consequência do coronavírus, vários países começaram a fechar suas fronteiras e decretar lockdown. Como consequência, ocorreu o mesmo no Brasil; o *lockdown* veio atrelado ao fechamento de grande parte do comércio considerado não essencial, causando prejuízos para as economias e agravando problemas já existentes como o desemprego e a fome.

A alternativa que o governo federal do Brasil encontrou de combater a pobreza e a fome durante a pandemia de Covid-19 foi colocando em vigor o Programa Auxílio Emergencial, este se caracteriza por ser um programa de transferência direta de renda, de caráter excepcional e que beneficiou não apenas aos cadastrados no CadÚnico do governo federal, mas a todos que cumpriam as suas condicionalidades ² - podendo essas pessoas solicitarem o benefício tanto em cadastro através por um aplicativo disponível para os celulares, quanto através da assistência social dos municípios.

Durante a maior parte da pandemia, o programa Auxílio Emergencial foi o substituto do programa Bolsa Família para aqueles que eram beneficiários do mesmo. Em novembro de 2021 a medida provisória número 1.061 instituiu o Programa Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, substituindo o Programa Bolsa Família. Em dezembro deste mesmo ano, a lei número 14.284 de 29 de dezembro de 2021, revogou todas as leis de criação do PBF e fez do Auxílio Brasil o programa de transferência de renda vigente, a princípio de caráter extraordinário, com o objetivo de combater a pobreza extrema e estimular o desenvolvimento educacional e de saúde das famílias beneficiárias através da transferência do valor mínimo de R\$ 400,00 por família.

O Programa Auxílio Brasil tem como principais objetivos:

- i. Promover a cidadania por meio da transferência de renda;
- ii. Reduzir as situações de pobreza e extrema pobreza das famílias beneficiárias;
- iii. Promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, gestantes e nutrízes, por meio do apoio financeiro;
- iv. Promover o desenvolvimento da primeira infância;
- v. Ampliar o acesso das crianças às creches;
- vi. Estimular o desempenho científico e tecnológico das crianças e adolescentes;
- vii. Estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza através da inserção dos jovens maiores de 16 anos no mercado de trabalho; do incentivo ao empreendedorismo; e da integração das políticas socioassistenciais (BRASIL, 2021).

O Auxílio Brasil engloba diversas políticas públicas em um só programa, assim como inclui diversos benefícios em um só como, por exemplo, a bolsa de iniciação científica júnior; esporte escolar, inclusão produtiva rural; inclusão produtiva urbana e benefício compensatório de transição. Assim, o programa Auxílio Brasil engloba não apenas transferência direta de renda, mas também mecanismos de incentivo ao esforço individual (BOTELHO *et al.*, 2021).

² Destaca-se que não é objeto deste estudo analisar as condicionalidades do Programa Auxílio Emergencial.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, em abril de 2022 o Auxílio Brasil injetou mais de sete bilhões de reais na economia brasileira. Comumente, essa informação seria significativamente positiva, se não estivesse diretamente ligada à alta generalizada dos preços, que provoca inflação, e afeta com mais fortemente as pessoas que deveriam estar sendo auxiliadas por esse programa social (BRASIL, 2022).

A maioria dos economistas entrevistados em 2021 pelo portal G1³, por exemplo, consideram que o governo escolheu os caminhos errados ao implementar este novo programa, uma vez que este é altamente dispendioso e apresenta uma visão econômica apenas de curto prazo. No médio e longo prazo, espera-se que a alta da taxa de juros – que é também um dos fatores provocadores da inflação, corroa o valor de R\$ 400,00 repassados para a sociedade, no sentido de diminuir o seu poder de compra. Além disso, o repasse fixo do valor de R\$ 400,00 para as famílias beneficiárias, sem distinguir as necessidades de cada família, traz problemas relacionados à focalização do programa e aumenta o seu custo (BOTELHO *et al.*, 2021).

É importante destacar que este programa utiliza o mesmo parâmetro de seleção das famílias beneficiárias que o Programa Bolsa Família usava, que é o CadÚnico. Uma das mudanças mais evidentes, porém, é no meio de fazer o saque/resgate do valor mensal, que além do cartão magnético também pode ser realizado através da conta social digital, onde o beneficiário pode fazer transferências bancárias, utilizar o pix ou realizar pagamento de contas através do aplicativo disponibilizado pelo governo federal tanto para Android quanto para iOS.

Torna-se extremamente difícil discorrer sobre o Auxílio Brasil e os seus impactos econômicos e sociais, principalmente por ser um programa recente, assim as literaturas acerca desta temática ainda são demasiadamente escassas. Dessa forma, o tópico a seguir busca analisar o processo de transformação que envolve a migração de programa Bolsa Família para programa Auxílio Brasil, apresentando, dentro das limitações de literatura e dados, as principais diferenças entre um programa e outro.

3.3 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO: AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O PBF E O AUXÍLIO BRASIL

O processo de transformação de Bolsa Família para Auxílio Brasil traz diversas modificações estruturais que começaram a ser percebidas logo de início pela mudança no

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/22/economistas-dizem-que-desrespeito-ao-teto-de-gastos-vai-anular-beneficio-de-auxilio-por-aumentar-inflacao.ghtml>

valor do benefício, que passou de um valor variável para as famílias que possuem crianças, por exemplo, para um valor fixo para todos os beneficiários. Considera-se que essa primeira alteração já se apresenta como problemática, uma vez que em decorrência da exclusão do benefício variável, as famílias com condições financeiras e características diferentes, acabam resgatando um valor coincidente⁴ (BOTELHO *et al.*, 2021).

Botelho *et. al* (2021) também discorre sobre a questão da fila de espera. Durante a vigência do PBF, as famílias elegíveis à inclusão no programa, ficavam em uma fila de espera que prosseguia conforme a disponibilidade dos recursos orçamentários do governo. O programa Auxílio Brasil, por sua vez, apresenta em sua lei a obrigatoriedade do repasse do valor a todas as famílias elegíveis⁵, findando assim com a fila de espera. Isso significa que não haverá mais a negação de um direito àquelas famílias mais desprovidas de condições financeiras (neste caso, o direito ao acesso à renda e demais benefícios atrelados a esta política pública). Por outro lado, o Estado carrega esta obrigação entre suas despesas, o que acaba gerando mais gastos obrigatórios e provoca a rigidez orçamentária – que é causada justamente pela demasia de despesas obrigatórias como essa.

As linhas de pobreza e extrema pobreza também sofreram alterações com a mudança de PBF para Auxílio Brasil, percebemos as seguintes mudanças:

- No último ano do Bolsa Família, as famílias extremamente pobres eram aquelas que possuíam renda familiar mensal per capita de R\$ 100,00;
- Atualmente, para o Auxílio Brasil, este valor foi alterado para R\$ 105,00;
- As famílias em condições de pobreza para PBF eram aquelas que possuíam renda familiar mensal *per capita* acima de R\$ 100,01 e abaixo de R\$ 200,00;
- O programa Auxílio Brasil surgiu mudando esta realidade, aumentando este número para os valores acima de R\$ 105,01 e abaixo de R\$ 210,00.

Com base nestas alterações, percebe-se que houve uma variação de aumento de 5% no valor das linhas de pobreza e extrema pobreza. Apesar desta situação de acréscimo se apresentar como um avanço, é importante destacar que seria necessário um aumento ainda

⁴ Por exemplo, uma família de baixa renda e com apenas uma criança em sua estrutura familiar, recebe a mesma quantia que uma família em situação de pobreza extrema e que possui três crianças em sua estrutura.

⁵ Lei nº 14.284/2021, art. 4, § 3º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo constituem direito das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza a eles elegíveis nos termos desta Lei, sendo-lhes assegurado o acesso às transferências de renda tão logo se verifique que elas preenchem os requisitos para isso, na forma dos procedimentos fixados no regulamento, observando-se o previsto no § 1º do art. 21.

mais significativo, considerando todos os problemas econômicos causados principalmente pela inflação que vem apresentando alta e descontrole nos últimos anos.

Utilizando como referência a ideia de REGO (2013), destaca-se que a linha de pobreza e extrema pobreza define apenas quem tem direito ou não aos programas sociais e se apresenta como falha. Isso pode ser afirmado uma vez que percebemos que quem possui renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 105,00 é extremamente pobre e terá direito a ser beneficiado pelo programa Auxílio Brasil, por exemplo; no entanto as pessoas que possuem renda mensal *per capita* acima de R\$ 210,00 ainda são pobres dentro do contexto da sociedade brasileira, mas não terão direito a se beneficiar pelo programa por não se encontrarem abaixo da linha de pobreza, que foi definida como guia para definir os beneficiários.

Devido ao ineditismo do tema trabalhado e da novidade que ainda é o Auxílio Brasil, torna-se extremamente complexo comentar sobre possíveis impactos desta transição. No entanto, percebemos que esta transferência, pouco planejada, de um programa para outro, mostra que o Auxílio Brasil está acrescentando mais incertezas do que firmezas tanto no âmbito econômico, quanto no social; revogar um programa como o Bolsa Família, que há quase duas décadas apresentava sucesso no cumprimento dos seus objetivos, pode ser visto como desnecessário e imprudente, uma vez que todos os caminhos levam para que a longo prazo os prejuízos sejam maiores para aqueles que já são historicamente prejudicados (MACHADO, 2021).

4 DESIGUALDADE DE RENDA NO SERTÃO DO PAJEÚ

Como já foi abordado no decorrer deste trabalho, a desigualdade de renda é um dos principais agentes responsáveis pela pobreza no Brasil. O problema parece piorar nas regiões extremas do país, como é o caso da região nordeste. Este capítulo tem como objetivo caracterizar a microrregião do Sertão do Pajeú – apresentando informações sobre a economia e a sociedade local – além de definir a importância dos programas de transferência de renda para a localidade.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA REGIÃO

Para entender a importância dos programas de transferência de renda para uma região é necessário entender primeiramente as suas particularidades. A microrregião do Sertão do Pajeú localiza-se no estado de Pernambuco e tem como uma das suas principais características o clima semiárido e por ter como uma das suas fundamentais atividades de subsistência a agricultura familiar.

Esta microrregião interiorana detém 13.350,30 km² de área e é composta por vinte (20) municípios, são eles: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaracy, Ingazeira, Itapetim, Mirandiba, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama.

Para conhecer melhor o Pajeú, como é chamada, a tabela a seguir mostra a estimativa da população de cada um desses municípios, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2021:

Tabela I: Estimativa populacional dos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú em Pernambuco em 2021

Município	Nº de habitantes
Afogados da Ingazeira	37.546
Brejinho	7.489
Calumbi	5.744
Carnaíba	19.666
Flores	22.612
Igaracy	12.265
Ingazeira	4.537
Itapetim	13.492
Mirandiba	15.548
Quixaba	6.796
Santa Cruz da Baixa Verde	12.708
Santa Terezinha	11.914

São José do Belmonte	34.082
São José do Egito	34.210
Serra Talhada	87.467
Sertânia	36.189
Solidão	6.034
Tabira	28.860
Triunfo	15.232
Tuparetama	8.266

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* Secretaria Nacional de Cadastro Único (SECAD/MC).

Perceptivelmente, as cidades do Sertão do Pajeú são relativamente pequenas em número de habitantes. Serra Talhada é a maior delas com 87.467 habitantes, seguida de Afogados da Ingazeira, Sertânia, São José do Egito, São José do Belmonte, Tabira, Flores, Carnaíba, Mirandiba, Triunfo, Itapetim, Santa Cruz da Baixa Verde, Iguaracy, Santa Terezinha, Tuparetama, Brejinho, Quixaba, Solidão, Calumbi e Ingazeira – sendo este último o menor de todos, apresentando a estimativa de apenas 4.537 habitantes.

Como já citado, um dos principais meios de subsistência desta região é a agricultura familiar e as principais atividades econômicas estão vinculadas ao comércio (varejo e atacado). Ainda assim, um traço muito forte nas particularidades do Pajeú é o fato de que os empregos oferecidos pela região são em sua maioria informais, onde as admissões de pessoal sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são baixíssimas, como mostra a tabela abaixo que expõe dados sobre a evolução das admissões sob o regime CLT no mês de fevereiro de 2021 e em fevereiro de 2022:

Tabela II: Admissões sob o regime CLT em fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 nos municípios do Sertão do Pajeú

Municípios	Fev/2021	Fev/2022
Afogados da Ingazeira	53	77
Brejinho	01	25
Calumbi	02	03
Carnaíba	14	09
Flores	18	13
Iguaracy	01	03
Ingazeira	0	02
Itapetim	10	12
Mirandiba	6	03
Quixaba	0	0
Santa Cruz da Baixa Verde	02	04
Santa Terezinha	20	02
São José do Belmonte	41	32
São José do Egito	93	49
Serra Talhada	281	333
Sertânia	120	36
Solidão	0	0
Tabira	35	30
Triunfo	16	05

Tuparetama	03	05
------------	----	----

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Novo CAGED *apud.* ⁶IPEADATA

Pode-se considerar que empregos sob o regime CLT é algo escasso no Sertão do Pajeú, característica muito comum em cidades interioranas. A tabela II mostra que municípios como Quixaba, que possui aproximadamente 6.796 habitantes; e Solidão que conta com 6.034 habitantes, tiveram nos meses de fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 zero pessoas admitidas sob o regime CLT. O município de Serra Talhada, considerado como “o centro do Sertão do Pajeú” apresentou em fevereiro de 2021, 281 trabalhadores admitidos, esse número aumentou mais de 18% em fevereiro de 2022. No entanto, esse aumento percentual apresenta um valor pouco significativo, principalmente quando consideramos o contingente populacional do município, este que é estatisticamente o maior em número de habitantes.⁷

Conhecendo o mercado de trabalho do Pajeú, pode-se a seguir discorrer sobre as condições de renda da região. O índice de Gini, indicador de desigualdade de renda, que varia de zero a um – onde zero indica a situação de igualdade (isto é, todos possuem a mesma renda), mostra-se com valores elevados em todos os municípios do Pajeú, como mostra os dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010. Neste mesmo ano, segundo o IBGE, o índice de Gini no Brasil atingiu o patamar de 0,60; em 2021 houve uma queda desse número para 0,52.

Devido à escassez de dados referentes à região específica do Sertão do Pajeú, iremos expor na tabela a seguir os numerais do índice de Gini por município referente ao ano de 2010. É importante lembrar que novas informações estão sendo produzidas e novos dados, mais específicos e atualizados, estão em processo de produção pelo IBGE no novo censo demográfico que será realizado em 2022.

Tabela III: Índice de Gini dos municípios do Sertão do Pajeú de Pernambuco em 2010

Territorialidades	Índice de Gini – renda 2010
Afogados da Ingazeira	0,56
Brejinho	0,49
Calumbi	0,54
Carnaíba	0,53
Flores	0,50
Iguaracy	0,54
Ingazeira	0,53
Itapetim	0,55

⁶ O banco de dados que disponibiliza estas informações (novo CAGED) deixa claro que foram consideradas como novas admissões pelo regime CLT os trabalhadores temporários, trabalhadores avulsos, agentes públicos, trabalhadores cedidos e dirigentes sindicais admitidos no período em análise sob o regime CLT.

⁷ Vide tabela I.

Mirandiba	0,58
Quixaba	0,49
Santa Cruz da Baixa Verde	0,51
Santa Terezinha	0,51
São José do Belmonte	0,54
São José do Egito	0,53
Serra Talhada	0,56
Sertânia	0,60
Solidão	0,56
Tabira	0,51
Triunfo	0,56
Tuparetama	0,47

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010) e de registros administrativos disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A tabela III nos mostra que entre os 20 municípios do Pajeú, 17 apresentam o índice de Gini igual ou superior a 0,50, isto é, alcançam o patamar chega a ser igual ou superior a 50% do indicador máximo⁸. Percebemos que o município de Sertânia, um dos maiores em número de habitantes, apresentou o indicador de 0,60, se igualando a média nacional neste ano.

Historicamente, o sertão enfrenta obstáculos de desenvolvimento devido a diversos fatores como o clima, que não favorece a atividade que proporciona o principal meio de subsistência da população, que é a agricultura familiar. Além disso, a falta de emprego torna a desigualdade de renda um fator gritante que compromete a dignidade e o bem-estar social das pessoas que ali residem, como percebemos na tabela III a exposição dos indicadores de Gini desses municípios.

Tendo como base essas informações, o Estado aparece como interventor, fazendo com que as políticas públicas como os programas de transferência de renda emergjam com o principal objetivo de minimizar os impactos sociais e econômicos que a falta de emprego e renda causam em uma região, aparecendo como uma válvula de escape para tantas incertezas que permeiam essas famílias.

4.2 IMPORTÂNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA OS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ

Conhecendo as características dos municípios pernambucanos do Sertão do Pajeú, podemos mensurar a importância dos programas de transferência de renda para garantir os direitos mínimos na vida das famílias necessitadas. No entanto, é extremamente necessário que essa garantia de direitos venha acompanhada de programas bem planejados,

⁸ Como já exposto, este indicador é 1,0.

possibilitando ganhos acima de perdas e que os benefícios perpassem o curto prazo, se estendendo para um futuro digno para todos. Como destaca Silva, Yazbek e Giovanni (2007) *apud* França (2015), os programas de transferência de renda devem:

[...] garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra o desestímulo do trabalho (Silva, Yazbek e Giovanni (2007) *apud* França (2015)).

É possível afirmar que nos municípios do Pajeú vigoram rendas *per capita* decedentes, o que está atrelado ao número de pessoal ocupado significativamente baixo, comparando com o contingente populacional, o que eleva a necessidade e dependência do apoio público com programas como os de transferência direta de renda. A tabela abaixo expõe com dados do IBGE o número de pessoal ocupado nos municípios do Sertão do Pajeú no ano de 2019.

Tabela IV: Pessoal ocupado nos municípios pernambucanos do Sertão do Pajeú em 2019

Municípios	Pessoal ocupado
Afogados da Ingazeira	3.850
Brejinho	556
Calumbi	373
Carnaíba	1.155
Flores	1.559
Iguaracy	604
Ingazeira	378
Itapetim	893
Mirandiba	1.083
Quixaba	435
Santa Cruz da Baixa Verde	926
Santa Terezinha	887
São José do Belmonte	2.788
São José do Egito	3.393
Serra Talhada	12.875
Sertânia	4.796
Solidão	391
Tabira	2.348
Triunfo	1.833
Tuparetama	718

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019).

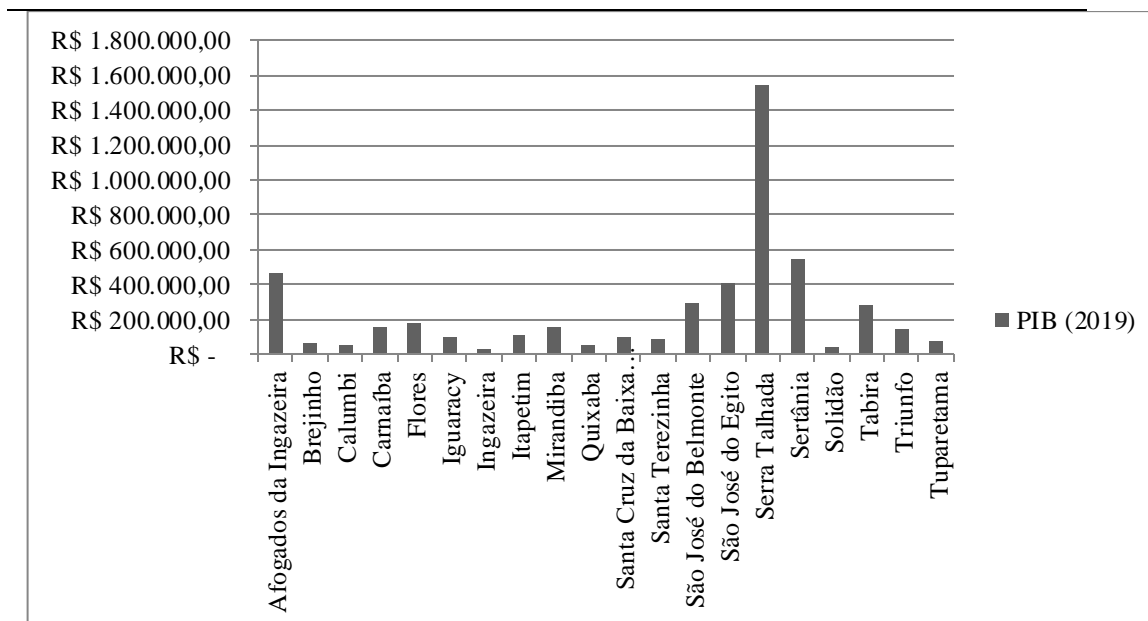
A tabela IV(acima) mostra o número de pessoas ocupadas nos vinte municípios que compõem o Sertão do Pajeú. Os dados mostram resultados que já inferimos no início: o percentual de pessoal ocupado nas cidades interioranas é baixíssimo, indicando alto índice de desemprego e desigualdade de renda.

Segundo o IBGE, o município de Serra Talhada é o primeiro no ranking do percentual da população ocupada, mostrando que em 2019, 14,9% do seu pessoal estava no mercado de trabalho⁹. Em seguida aparecem os municípios de Sertânia (13,4%), Triunfo (12%), Afogados da Ingazeira (10,3%), São José do Egito (10%), Tuparetama (8,8%), Ingazeira (8,3%), São José do Belmonte (8,2%), Tabira (8,2%), Santa Terezinha (7,5%), Brejinho (7,4%), Santa Cruz da Baixa Verde (7,4%), Mirandiba (7,0%), Flores (6,9%), Itapetim (6,6%), Calumbi (6,5%), Solidão (6,5%), Quixaba (6,4%), Carnaíba (5,9%) e Iguaracy (4,9%).

Percebendo que os percentuais da população ocupada nos municípios do Pajeú são extremamente baixos, indicando uma forte tendência ao desemprego, é possível confirmar mais uma vez a extrema necessidade e importância do apoio governamental através de projetos e políticas públicas. Trazendo ainda mais certeza para esta afirmação, o gráfico abaixo apresenta os indicativos do PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios em questão também no ano de 2019, segundo dados do IBGE:

⁹ Ainda que Serra Talhada seja a cidade do Sertão do Pajeú que apresentou o maior percentual de pessoal ocupado, é importante destacar que este número não chega ao patamar de 15%, apresentando-se assim como baixo e insuficiente para atender toda a população do município.

Gráfico I: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios pernambucanos do Sertão do Pajeú em 2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Sabendo que o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais em uma economia, seja ela no âmbito federal, estadual ou municipal, os indicativos dos PIB's dos municípios do Pajeú encontram-se em posições baixíssimas quando comparados não apenas com outros municípios do mesmo estado, mas também dos demais estados do país.

O gráfico I mostra o valor em reais do PIB dos municípios do Pajeú, a cidade de Serra Talhada é, perceptivelmente a que possui o maior PIB em 2019 entre as vinte localidades – esse resultado está diretamente relacionado ao fato de que este município é o que possui o maior número de pessoal ocupado neste mesmo ano, informação que podemos perceber na tabela IV. Segundo o IBGE (2019), entre os 185 municípios de Pernambuco, Serra Talhada destaca-se entre os 19 que possuem os maiores PIB's do estado; indicando ser uma das economias mais aquecidas do sertão.

A tabela V traz um complemento ao gráfico I, apresentando os valores exatos do Produto Interno Bruto de cada município. Após Serra Talhada, com um PIB de exatamente R\$ 1.541.192,12, na 19ª posição no ranking de maiores PIB's do Estado de PE, encontram-se as seguintes cidades do Pajeú:

Tabela V: Ranking do PIB dos municípios do Sertão do Pajeú em 2019

Município	PIB (2019)	Posição
Serra Talhada	R\$ 1.541.192,12	19
Sertânia	R\$ 550.782,07	40
Afogados da Ingazeira	R\$ 464.402,20	46
São José do Egito	R\$ 409.846,47	56
São José do Belmonte	R\$ 290.608,68	72
Tabira	R\$ 280.165,46	80
Flores	R\$ 179.460,38	113
Mirandiba	R\$ 158.837,80	126
Carnaíba	R\$ 157.607,07	127
Triunfo	R\$ 148.288,90	129
Itapetim	R\$ 113.688,39	149
Santa Cruz da Baixa Verde	R\$ 98.084,37	159
Iguaracy	R\$ 97.413,76	160
Santa Terezinha	R\$ 90.714,59	165
Tuparetama	R\$ 82.649,04	170
Brejinho	R\$ 61.959,06	181
Quixaba	R\$ 56.394,09	182
Calumbi	R\$ 51.377,06	183
Solidão	R\$ 45.988,54	184
Ingazeira	R\$ 37.869,81	185

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019).

Observando a relação acima, percebemos que as últimas posições no ranking de PIB do estado de Pernambuco são, literalmente, ocupadas por municípios do sertão: Brejinho, Quixaba, Calumbi, Solidão e Ingazeira, são as últimas colocadas e apresentam PIB's que não atingem nem mesmo o valor de R\$ 62 mil em nenhuma delas.

Automaticamente, percebemos através da tabela IV que esses municípios são aqueles que apresentam também baixíssimos índices de pessoal ocupado em 2019, Brejinho detém de apenas 7,4% do seu pessoal ocupado, Quixaba 6,4%, Calumbi 6,5%, Solidão também 6,5% e Ingazeira 8,3%.

Com base nessas informações, acompanhadas de dados, e conhecendo as características da região, percebemos a extrema urgência desses municípios para projetos e políticas públicas focalizadas, que sejam elaboradas com o objetivo principal de diminuir o desemprego. No entanto, sabendo que a queda nos índices de desemprego depende não somente de políticas públicas, mas de uma série de fatores econômicos, espera-se que o governo, por meio do seu poder e obrigação de garantir condições mínimas de vida a população, use os programas de transferência de renda, por exemplo, de forma a preencher ou pelo menos atenuar um pouco dos efeitos que a falta de emprego e renda podem causar em uma sociedade.

5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ

Tendo conhecido a estrutura dos Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil, assim como as características da região em análise, este tópico tem por objetivo analisar os impactos da transferência de um programa para o outro. A tabela a seguir mostra o quantitativo de dinheiro, em reais, injetados nas economias dos municípios que compõem a microrregião pernambucana do Sertão do Pajeú.

Tabela VI: Evolução do valor injetado na economia pelo PBF e Auxílio Brasil entre abril de 2021 e abril de 2022

Municípios	Abril/2021	Abril/2022
Afogados da Ingazeira	R\$ 176.706,00	R\$ 2.339.136,00
Brejinho	R\$ 108.949,00	R\$ 715.377,00
Calumbi	R\$ 192.474,00	R\$ 667.010,00
Carnaíba	R\$ 247.179,00	R\$ 1.187.130,00
Flores	R\$ 518.648,00	R\$ 1.828.116,00
Iguaracy	R\$ 328.307,00	R\$ 992.430,00
Ingazeira	R\$ 151.360,00	R\$ 409.337,00
Itapetim	R\$ 269.440,00	R\$ 1.161.199,00
Mirandiba	R\$ 291.594,00	R\$ 1.316.085,00
Quixaba	R\$ 126.985,00	R\$ 504.279,00
Santa Cruz da Baixa Verde	R\$ 89.081,00	R\$ 836.401,00
Santa Terezinha	R\$ 242.393,00	R\$ 790.045,00
São José do Belmonte	R\$ 886.932,00	R\$ 2.691.744,00
São José do Egito	R\$ 214.526,00	R\$ 2.545.323,00
Serra Talhada	R\$ 663.744,00	R\$ 4.630.870,00
Sertânia	R\$ 494.264,00	R\$ 2.929.466,00
Solidão	R\$ 180.626,00	R\$ 407.054,00
Tabira	R\$ 570.910,00	R\$ 2.513.280,00
Triunfo	R\$ 79.803,00	R\$ 877.430,00
Tuparetama	R\$ 217.469,00	R\$ 764.340,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MC).

Com base na tabela anterior, é perceptível que houve um aumento substancial nos valores injetados nas economias de todos os vinte municípios que compõem o Sertão do Pajeú. A variação percentual de aumento apresentou em Afogados da Ingazeira uma elevação de mais de 1.000% no valor injetado em abril de 2022 quando comparado com o mesmo período em 2021. Brejinho apresentou um aumento de aproximadamente 555,61%, Calumbi 245,54%, Carnaíba 380,27%, Flores 252,47%, Iguaracy 202,28%, Ingazeira 170,43%, Itapetim 330,27%, Mirandiba 493,32%, Quixaba 297,11%, Santa Cruz da Baixa Verde 833,92%, Santa Terezinha 225,93%, São José do Belmonte 203,48%, São José do Egito

1.036,48%, Serra Talhada 597,68%, Sertânia 492,69%, Solidão 125,35%, Tabira 340,22%, Triunfo 993,49% e Tuparetama 251,47%.

Percebemos que essa elevação de dinheiro investido com o Auxílio Brasil mais que dobrou em todos os municípios do Sertão do Pajeú em abril de 2022, em detrimento do contingente de reais que era destinado ao Bolsa Família em abril de 2021. Apesar desta alteração substancial no montante de reais investidos nos programas sociais vigentes em 2021 e atualmente em 2022, faz-se necessário uma análise mais detalhada sobre os impactos desse aumento. A seguir, iremos apresentar o número de famílias do Pajeú cadastradas no CadÚnico em maio de 2020 e em abril de 2022, a fim de analisar o comportamento dessas famílias durante a vigência do PBF e atualmente com o Auxílio Brasil.

Tabela VII: Famílias do Pajeú cadastradas no CadÚnico do Governo Federal em maio de 2020 e abril de 2022

Municípios	Mai/2020	Abril/2022
Afogados da Ingazeira	10.206	11.576
Brejinho	2.177	2.618
Calumbi	2.029	2.377
Carnaíba	4.459	5.201
Flores	5.877	6.374
Iguaracy	3.560	3.863
Ingazeira	1.342	1.545
Itapetim	3.816	4.379
Mirandiba	3.724	4.652
Quixaba	1.877	2.149
Santa Cruz da Baixa Verde	2.870	3.519
Santa Terezinha	2.580	2.792
São José do Belmonte	8.780	9.632
São José do Egito	8.089	9.803
Serra Talhada	16.425	19.010
Sertânia	9.513	11.133
Solidão	1.471	1.583
Tabira	7.482	8.909
Triunfo	3.532	3.934
Tuparetama	2.703	3.133

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MC).

Com base na tabela VI, percebemos que houve aumento no número de famílias cadastradas no CadÚnico do governo federal entre maio de 2020 e abril de 2022. Observando os dados, percebemos um aumento percentual de aproximadamente 13,42% no número de famílias cadastradas em Afogados da Ingazeira durante este período, 20,25% em Brejinho, 17,15% em Calumbi, 16,54% em Carnaíba, 8,45% em Flores, 8,51% em Iguaracy, 15,12% em Ingazeira, 14,75% em Itapetim, 24,31% em Mirandiba, 14,49% em Quixaba, 22,51% em Santa Cruz da Baixa Verde, 8,21% em Santa Terezinha, 9,70% em São José do Belmonte, 21,18% em São José do Egito, 15,73% em Serra Talhada, 17,02% em Sertânia, 7,61% em Solidão, 19,07% em Tabira, 11,38% em Triunfo e 15,30% em Tuparetama.

Considerando essas informações, podemos calcular a média de aumento percentual no número de famílias participantes do CadÚnico entre maio de 2020 e abril de 2022 da seguinte maneira:

$$M = \sum m/n$$

Onde:

M= média de aumento percentual;

m = soma das médias dos municípios

n = número de municípios.

A partir dos dados apresentados e utilizando o cálculo da média, podemos afirmar então que entre maio de 2020 e abril de 2022, houve um aumento percentual de 15,03% na média¹⁰ de pessoas cadastradas no CadÚnico do governo federal na microrregião do Sertão do Pajeú pernambucano, corroborando com a ideia de que houve um aumento nos índices de pobreza e extrema pobreza acompanhada da mudança de um programa de transferência de renda para o outro.

Com esse processo de deslocamento de Programa Bolsa Família para Programa Auxílio e entre os dois houve a existência do Auxílio Emergencial¹¹, atentamos que ainda que os dados do CadÚnico apontem para um aumento no número de famílias em situação de vulnerabilidade social, estes estão distantes de mostrar a realidade. Infere-se essa informação, principalmente porque é importante considerar que muitas famílias podem não estar inscritas no CadÚnico – indicando que este resultado pode ser ainda mais considerável do que se imagina.

O aumento de 15,03% de pessoas em situação de vulnerabilidade social¹² no Sertão do Pajeú aponta para justificativas tanto econômicas quanto sociais, que foram agravadas pela pandemia. Percebemos uma alta na inflação que mostra que de março de 2020 até abril de 2022 já acumulou em 19,42%, afetando diretamente o poder de compra das famílias (PAIVA, 2022).

¹⁰ O cálculo da média foi feito através da soma do percentual de aumento de todos os municípios do Sertão do Pajeú, dividido pelo número de municípios (que neste caso, corresponde a 20).

¹¹ Programa de transferência direta de renda, de caráter excepcional, que entrou em vigor no Brasil em 2020, durante a pandemia de Covid-19 e tinha como objetivo principal ajudar as famílias mais afetadas pela obrigatoriedade do distanciamento social; além de objetivar aquecer a economia, que estava sofrendo com os efeitos da pandemia.

¹² Neste caso, refere-se a pessoas em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou atingir os objetivos propostos inicialmente de comparar os impactos da transição de PBF para o programa Auxílio Brasil nos municípios que compõem a microrregião pernambucana do Sertão do Pajeú. Esses impactos foram avaliados através da análise do processo de transformação de um programa para o outro, da caracterização da região e do estudo dos dados do CadÚnico durante o período de vigência do Bolsa Família e, atualmente, na vigência do Auxílio Brasil.

Comprovou-se a veracidade da hipótese definida inicialmente, de que houve uma elevação no número de reais investidos na economia do Sertão do Pajeú durante o período de transição dos programas de transferência direta de renda Bolsa Família e Auxílio Brasil, porém não houve melhoras nas condições de vida da população. Ou seja, a população sertaneja teve uma piora nas condições de vida que já eram duras.

O Programa Bolsa Família, criado em 2003 através da reformulação de outras políticas públicas já existentes, mostrou resultados importantes no combate à fome e à desigualdade de renda no Brasil - inclusive retirando o país do mapa da fome.

Apesar disso, o programa supracitado foi substituído pelo Auxílio Brasil, que possui como um dos maiores entraves o fato deste ser um programa de transferência de renda com valor fixo, não respeitando assim a linha que difere famílias de baixa renda daquelas que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Além disso, a falta de planejamento orçamentário torna o programa Auxílio Brasil custoso em longo prazo, uma vez que este é altamente dispendioso e impactará diretamente na inflação do país, refletindo no poder de compra da população.

Conclui-se que os vinte municípios que compõem o Sertão do Pajeú são pequenos em número de habitantes e assim como todo o país, sofrem com a escassez ou insuficiência de empregos formais – o que acarreta em extrema necessidade de programas e políticas públicas para sanar os mais terríveis gargalos ocasionados pelo desemprego.

Diante dos dados apresentados ao longo do trabalho, os resultados são preocupantes: alguns municípios como Solidão e Quixaba não tiveram nenhuma admissão formal neste período, caracterizando-se assim como localidades que precisam de políticas públicas mais concentradas no combate à pobreza.

Analisando o índice de Gini – apesar de serem números bastantes defasados, devido a não realização de um novo censo demográfico do IBGE em 2020 - percebeu-se que 85% dos municípios apresentaram o indicador de Gini igual ou superior a 0,50 em 2010,

mostrando que dentre os obstáculos sociais e econômicos enfrentados pelos sertanejos, a desigualdade de renda é um dos mais evidentes.

Os índices de ocupação são baixos no sertão de uma maneira geral, infelizmente, o país ainda reproduz a situação problemática de 40, 50 anos atrás, em que o povo sertanejo vive isolado do acesso aos empregos formais e em situação de vulnerabilidade, com algumas poucas cidades em situações menos ruins, como é o caso de Serra Talhada.

Analisando os indicadores de PIB destes municípios, verificou-se que a maioria deles apresenta os menores números do estado de Pernambuco – como é o caso de Brejinho, Quixaba, Calumbi, Solidão e Ingazeira – que possuem os cinco menores indicativos de PIB do estado. Serra Talhada, por sua vez, detém do maior PIB do Sertão do Pajeú, além de se destacar entre os vinte maiores PIB's de PE.

Os dados mostram um aumento percentual exorbitante nos valores de dinheiro repassados pelos programas. Afogados da Ingazeira e São José do Egito, por exemplo, apresentaram uma elevação de mais de 1.000% no recebimento desses proventos; todos os municípios alcançaram o aumento de mais de 100% de valores injetados na economia como mostra a tabela VI, indicando um aumento no investimento nos programas de transferência de renda entre 2021 e 2022.

Apesar de ser evidente a elevação do investimento pelo Auxílio Brasil no Pajeú, não é certo afirmar que houve melhorias na qualidade de vida das pessoas da região. Durante o período de migração entre Bolsa Família e Auxílio Brasil houve um aumento no número de famílias cadastradas no CadÚnico do governo federal. A média percentual de aumento foi de 15,03%, indicando que entre maio de 2020 e abril de 2022, elevou-se em mais de 15% o número de famílias em situação de vulnerabilidade social no Pajeú.

Com todas as informações aqui analisadas, percebemos que os municípios do Sertão do Pajeú são social e economicamente instáveis, apresentando resultados preocupantes principalmente quando nos referimos à geração de empregos formais; inferindo a necessidade de programas de transferências de renda que surjam para combater todos os gargalos causados por tal problema.

Os dados mostram que houve um aumento no investimento, em reais, no programa Auxílio Brasil no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o PBF no primeiro trimestre de 2021 - confirmando assim a primeira hipótese definida neste trabalho. Esse aumento, no entanto, será danoso em longo prazo para a parcela mais vulnerável da sociedade, principalmente devido ao aumento da inflação.

A segunda hipótese, que versa sobre a elevação no número de pessoas em situação de vulnerabilidade social durante a tramitação do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, abre caminhos para novos estudos. Uma vez que apesar de percebermos que houve um aumento percentual de 15,03% no número de famílias cadastradas no CadÚnico entre maio de 2020 e abril de 2022, não foram encontrados dados referentes ao período exato de 2021.

Espera-se que o presente trabalho acadêmico possa contribuir para o entendimento da importância dos programas de transferência de renda para as regiões mais suscetíveis aos problemas econômicos do país, como é o caso do Sertão. Espera-se também que a partir desta contribuição, novas pesquisas sejam realizadas buscando entender o processo de transformação de Programa Bolsa Família para Programa Auxílio Brasil, não só no Sertão e em Pernambuco, mas em outros estados e no país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jailton Macena de. Trabalho, Crise e Políticas Assistenciais: análise dos impactos do programa bolsa família no índice de desenvolvimento humano brasileiro. **Revista de Estudos Empíricos em Direito: Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, [s. l], v. 4, n. 2, p. 23-38, jun. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de et al. A focalização do programa bolsa família em perspectiva comparada. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. Cap. 5. p. 111-123. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol2.pdf#page=106 . Acesso em: 12 out. 2021.

BOTELHO, Vinicius et al. **Auxílio Brasil**: avaliação do desenho e possíveis impactos. avaliação do desenho e possíveis impactos. 2021. Texto publicado pelo jornal JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/auxilio-brasil-avaliacao-do-desenho-e-possiveis-impactos-15122021>. Acesso em: 02 mai. 2022.

BOTELHO, Vinicius et al. **Perspectiva para os programas de transferência de renda em 2021**. 2021. FVG IBRE. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-12/paper_viniciusbotelho_ibre_2020_0.pdf. Acesso em: 03 mai. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico2010.html?edicao=9754&t=sobre> . Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IpeaData**. Dados. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil;. **Lei Nº 14.284, de 29 de Dezembro de 2021**. 246. ed. Diário Oficial da União, 30 dez. 2021. Seção 1.

G1. Economistas dizem que desrespeito ao teto de gastos vai anular benefício de auxílio por aumentar inflação. , 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/22/economistas-dizem-que-desrespeito-ao-teto-de-gastos-vai-anular-beneficio-de-auxilio-por-aumentar-inflacao.ghtml>. Acesso em: 08 de mai. 2022.

FEDERAL, Governo. **Impacto Auxílio Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/impacto-auxilio-brasil>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FERREIRA, Moysés da Silva Pinto; BOURSEAU, Thiago Matera. **Análise de impacto do programa bolsa família em variáveis qualitativas e quantitativas (PIB e IDH) no Brasil**. 2015. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.polli.ufrj.br/monografias/monopolil0014550.pdf> . Acesso em: 11 out. 2021.

FRANÇA, Mariana Veras. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: arcabouço histórico e desenvolvimento. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís - Ma, v. -, n. -, p. 1-10, ago. 2015.

FREITAS, Aline H. **Reflexões sobre a pesquisa acadêmica**: revisão bibliográfica, vivência e conhecimento. Palíndromo, v.8, n.5, p. 74-82, jan/jun 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LIMA, Mário Sérgio. **Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome**. Uma contribuição para CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome/>. Acesso em: 03 maio 2022.

MACHADO, Cecília. **As incógnitas do Auxílio Brasil**. 2021. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cecilia-machado/2021/11/as-incognitas-do-auxilio-brasil.shtml>. Acesso em: 11 maio 2022.

ORTIZ, L. R. A.; CAMARGO, R. A. L. **Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família**. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsafamilia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

PAIVA, Deslange. **Quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de SP cresce mais de 30% em janeiro de 2022, na comparação com 2021**. 2022. In: Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PAIVA, L. H.; SOUSA, M. F.; NUNES, H. M. P. A focalização do programa bolsa família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD CONTÍNUA). Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2567). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10082/1/td_2567.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

PEREIRA, J. et al. **Pobreza Extrema, uma análise do caso brasileiro pelos aspectos econômicos e sociais**. In: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão. Serra Talhada, 2018.

PEREIRA, L. et al. **Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida de beneficiários em municípios de muito baixo IDH**. Brasília: IPC-UNDP, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leonor-Santos-5/publication/253031942_Efeitos_do_Programa_Bolsa_Familia_nas_condicoes_de_vida_de_beneficiarios_em_municipios_de_muito_baixo_IDH/links/00b7d52a126037c601000000/Efeitos-do-Programa-Bolsa-Familia-nas-condicoes-de-vida-de-beneficiarios-em-municipios-de-muito-baixo-IDH.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

REGO, Walkiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

ROCHA, Mirian Aparecida. **Impacto do Programa Bolsa Família Sobre os Padrões de Consumo das Famílias Brasileiras**. 2015. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6877/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 03 maio 2022.

ROCHA, Sonia. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfN6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SOARES, S.; BARTHOLO, L.; OSÓRIO, R. G. Uma proposta para a unificação dos benefícios sociais de crianças, jovens e adultos pobres e vulneráveis. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2505). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2505.pdf . Acesso em: 11 out. 2021.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Indicadores Sociais: porque construir novos indicadores como o iprs. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/gVSH6qvNrsMzkPL3XhxKcD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 19 out. 2021.